

Felix Magno  
Von Döllinger

Das causas  
de exclusão da  
ilicitude penal  
legislação comum e militar



*Conselho Editorial*

**Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão**  
*Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil*

**Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves**  
*Professora da Universidade de Lisboa – Portugal*

**Doutor Georges Martyn**  
*Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica*

**Doutora Agata Cecilia Amato Mangiameli**  
*Professora da Universidade de Roma II – Itália*

**Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara**  
*Professora Titular da USP – Brasil*

**Doutor Stelio Mangiameli**  
*Professor da Universidade de Teramo – Itália*

**Doutor José Geraldo de Sousa Junior**  
*Professor Titular da Universidade de Brasília – Brasil*

**Doutor Joaquim Portes de Cerqueira César**  
*Doutor em Direito Constitucional pela PUCSP – Brasil*

**Doutor Thomas Law**  
*Doutor em Direito Comercial pela PUCSP – Brasil*

**Doutor Marcelo Figueiredo**  
*Professor da PUCSP – Brasil*

**Doutor João Grandino Rodas**  
*Professor Titular da USP – Brasil*

*Editor Chefe*

**Plácido Arraes**

*Editor*

**Tales Leon de Marco**

*Produtora Editorial*

**Bárbara Rodrigues**

*Capa, projeto gráfico*

**Leticia Robini**

*Diagramação*

**Bárbara Rodrigues**

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2022, D'Plácido Editora

Copyright © 2022, Felix Magno Von Döllinger

**Belo Horizonte**

Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007

Tel.: 31 3261 2801

**São Paulo**

Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82, Bela Vista – São Paulo, SP – CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR INSTAGRAM/EDITORADPLACIDO

1218692

---

**Catálogo na Publicação (CIP)**

Döllinger, Felix Magno von  
 D665 Das causas de exclusão da ilicitude penal : legislação comum e militar / Felix Magno Von Döllinger. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2022.  
 208p.

ISBN 978-65-5589-484-4

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.

CDD: 341.5

---

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

D'PLÁCIDO



\*  
 Rodapé



---

## Sumário

<i>Prefácio</i> .....	13
<i>Apresentação</i> .....	15
<i>Introdução</i> .....	21
<b>1. DA ILICITUDE PENAL</b> .....	<b>29</b>
1.1. ILICITUDE PENAL, BEM JURÍDICO E ANTINORMATIVIDADE.....	29
1.2. A ILICITUDE COMO ELEMENTO DO CRIME.....	32
1.3. ESTRUTURA E FUNDAMENTAÇÃO DOS TIPOS JUSTIFICADORES.....	36
1.4. SISTEMATIZAÇÃO DOS TIPOS JUSTIFICADORES (TEORIAS MONISTAS E DUALISTAS).....	42
1.5. FONTES DOS TIPOS JUSTIFICADORES.....	44
1.6. ELEMENTOS SUBJETIVOS DOS TIPOS JUSTIFICADORES.....	45
1.7. REGRAS COMUNS AOS TIPOS JUSTIFICADORES.....	46
1.8. ANÁLISE DAS EXCLUDENTES DE ILICITUDE NO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE.....	47
<b>2. DA LEGÍTIMA DEFESA</b> .....	<b>51</b>
2.1. TEORIAS QUE FUNDAMENTAM A LEGÍTIMA DEFESA.....	51

2.2. REQUISITOS DA LEGÍTIMA DEFESA.....	57
2.2.1. Agressão atual ou iminente.....	58
2.2.2. Defesa de direito próprio ou alheio.....	60
2.2.3. Emprego moderado dos meios necessários.....	65
2.3. LEGÍTIMA DEFESA PUTATIVA E RECÍPROCA.....	68
2.4. <i>ABERRATIO ICTUS</i> NA LEGÍTIMA DEFESA.....	70
2.5. LEGÍTIMA DEFESA SUCESSIVA.....	72
2.6. LEGÍTIMA DEFESA: TENTATIVA, CRIMES CULPOSOS, CONTINUADOS/PERMANENTES.....	75
<b>3. DO ESTADO DE NECESSIDADE.....</b>	<b>77</b>
3.1. ORIGEM E TEORIAS FUNDAMENTADORAS.....	77
3.2. REQUISITOS DO ESTADO DE NECESSIDADE.....	85
3.2.1. Perigo atual ou iminente.....	85
3.2.2. Indispensabilidade do ato.....	94
3.2.3. Elemento subjetivo: intenção de salvar o bem do perigo.....	94
3.2.4. Ausência do dever legal de enfrentar o perigo.....	95
<b>4. DO ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL.....</b>	<b>97</b>
4.1. CONCEITO.....	97
4.2. REQUISITOS DO ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL.....	99
4.2.1. Dever legal.....	99
4.2.2. Ânimo de cumprimento do dever.....	103
4.2.3. Cumprimento estrito do dever legal.....	105
4.3. ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL E A ATIVIDADE DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	106
4.4. DIFERENÇA ENTRE ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL E OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA.....	110
<b>5. DO EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO.....</b>	<b>121</b>
5.1. CONCEITO.....	121
5.2. OFENDÍCULOS.....	124
5.3. LESÕES PRATICADAS NO ESPORTE.....	127

<b>6. DO CONSENTIMENTO DO OFENDIDO</b> .....	<b>131</b>
6.1. CONCEITO .....	131
6.2. BEM JURÍDICO E INTERESSE.....	132
6.3. TEORIAS FUNDAMENTADORAS.....	136
6.3.1. Negócio jurídico.....	136
6.3.2. Teoria de FEUABACH.....	136
6.3.3. Teoria da ação jurídica.....	137
6.3.4. Falta de interesse do titular do bem jurídico.....	138
6.3.5. Política criminal.....	138
6.3.6. Autodeterminação do indivíduo.....	138
6.3.7. Aquiescência, acordo e consentimento.....	139
6.3.8. O consentimento como causa de atipicidade da conduta.....	140
6.3.9. O consentimento como causa de exclusão da ilicitude.....	140
6.4. CONSENTIMENTO DO OFENDIDO NOS CRIMES CULPOSOS.....	142
6.5. CONSENTIMENTO DO OFENDIDO: BONS COSTUMES E ORDEM PÚBLICA.....	142
6.6. REQUISITOS DO CONSENTIMENTO DO OFENDIDO.....	144
6.6.1. Interesse individual.....	145
6.6.2. Capacidade de autodeterminação daquele que consente.....	145
6.6.3. Conhecimento do consentimento por parte do agente.....	147
6.7. CONSENTIMENTO PRESUMIDO E PUTATIVO.....	147
6.8. LESÕES PRATICADA DURANTE INTERVENÇÕES MÉDICAS.....	150
6.8.1. Teorias sobre a licitude do tratamento médico.....	150
6.8.2. Tratamento médico sem consentimento do paciente.....	153
 <b>7. DO EXCESSO PUNÍVEL</b> .....	 <b>175</b>
7.1. CONCEITO E MODALIDADES DE EXCESSO .....	177
7.2. MODALIDADES DE EXCESSO.....	181

<b>8. DA RELAÇÃO ENTRE AS EXCLUDENTES DE ILICITUDE, O ERRO DE TIPO E O ERRO DE PROIBIÇÃO</b> .....	<b>189</b>
8.1. TEORIA EXTREMADA DO DOLO (OU ESTRITA DO DOLO).....	190
8.2. TEORIA LIMITADA DO DOLO .....	191
8.3. TEORIA EXTREMADA DA CULPABILIDADE .....	192
8.4. TEORIA LIMITADA DA CULPABILIDADE.....	193
<b>9. DA QUESITAÇÃO DAS EXCLUDENTES DE ILICITUDE E DO EXCESSO NO TRIBUNAL DO JÚRI</b> .....	<b>195</b>
<b>Referências</b> .....	<b>199</b>